

## CONTRIBUIÇÕES DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA PARA A ETNOPSICOLOGIA BRASILEIRA

*CONTRIBUTIONS OF AFRICAN ORIGIN RELIGIONS FOR A BRAZILIAN ETHNOPSICOLOGY*

Ronan da Silva Parreira Gaia<sup>1</sup>, Alice da Silva Vitória<sup>2</sup>, Fabio Scorsolini-Comin<sup>3</sup>

RECEBIDO EM: 13/06/2019 | ACEITO EM: 15/10/2019

DOI: 10.5902/2317175838555

### RESUMO

Este estudo teórico tem por objetivo discutir de que modo as religiões de Matriz Africana podem contribuir para a construção e solidificação de uma Etnopsicologia brasileira. O percurso deste estudo envolve discussões acerca do papel constituidor das Matrizes Africanas na formação social do brasileiro e de sua cultura, bem como o que são essas matrizes e o modo como a Etnopsicologia se propõe a investigá-las. A partir desse itinerário, reforça-se a necessidade de valorizar os aspectos da diversidade africana no Brasil enquanto agente importante para a compreensão do comportamento coletivo brasileiro, suas crenças, formas de pertencimento e para a construção perene de uma identidade a partir da dimensão da religiosidade/espiritualidade na interface com a cultura.

**Palavras-chave:** Matrizes Africanas; Cultura Brasileira; Etnopsicologia.

1 Especialista em Direitos Humanos, Educação Especial e Inclusiva, Educação e Sociedade, Gestão Pública e Psicopedagogia Institucional pela Faculdade de Educação São Luís – FESL  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8644432086055133>. Brasil

2 Cientista Social pela Universidade Federal de Viçosa - UFV. Pós-graduanda em Ensino de História da África no Colégio Pedro II – CPIL. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7719910800125868>. Brasil

3 Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo - USP. Professor do Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EER-P-USP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5320357141150023>  
Instituição/ Afiliação: Universidade de São Paulo – USP. Brasil

## ABSTRACT

*This theoretical study aims to discuss how the religions originating from Africa can contribute to the construction and solidification of a Brazilian Ethnopsychology. The course of this theoretical study involves discussions about the constitutive role of African religions in the social formation of the Brazilian and its culture, as well as what these religions are and how Ethnopsychology proposes to investigate them. From this itinerary, the need to value the aspects of African diversity in Brazil as an important agent for the understanding of Brazilian collective behavior, its beliefs, forms of belonging and perennial construction of an identity from the dimension of religiosity/spirituality is reinforced in the interface with culture.*

**Keywords:** African Religions; Brazilian Culture; Ethnopsychology.

## 1 Introdução

Queria ser homem, nada mais que um homem. Alguns me associavam aos meus ancestrais escravizados, linchados: decidi assumir.  
Frantz Fanon (2008, p. 106)

A cultura brasileira é permeada fortemente por elementos da religiosidade e da espiritualidade, mesclando crenças, saberes populares e superstições. Dados os pontos de encontro e as complexidades que envolvem as distinções entre os vocábulos religião, religiosidade e espiritualidade, neste estudo optamos pelo uso combinado dos termos, ou seja, religiosidade/espiritualidade (R/E), em consonância com a literatura do campo da saúde (CUNHA; SCORSOLINI-COMIN, 2019). Esse panteão de referências culturais atravessa os costumes e rotinas, assim como os itinerários populares em busca da cura, saberes esses repassados por gerações. Tais conhecimentos populares podem ser submetidos a um olhar científico, não no sentido de verificação da realidade ou de estabelecimento de juízos morais para validá-los, mas de reconhecimento de que os códigos culturais podem ser alvo de investigações científicas, ampliando as inteligibilidades acerca das relações entre ciência e cultura (SCORSOLINI-COMIN, 2017; SCORSOLINI-COMIN; BAIRRÃO; SANTOS, 2017).

A Psicologia é uma área que tem se interessado por esse diálogo desde antes de sua assunção como ciência. A partir das aproximações entre Psicologia e Antropologia, este estudo irá se debruçar sobre a Etnopsicologia, campo de pesquisa que tem encontrado no Brasil um cenário rico e diverso para se fazer, pensar e repensar a pesquisa científica. Para definir etnopsicologia, optamos por nos orientar na perspectiva de Aguirre Baztán (2015), que se refere a ela em termos de uma “[...] uma identidade [identificação] cultural (etno), construída a partir da contribuição psicológica (psique) do comportamento” (Ibid., p. 33, tradução nossa)<sup>3</sup>. A Etnopsicologia tem sido traduzida pelo estudo da maneira de ser e pelo comportamento de um grupo através de sua cultura,

<sup>3</sup> “[...] uma identidade cultural (ethnos), construída desde el aporte psicológico (psyche) del comportamiento” (AGUIRRE BAZTÁN, 2015, p. 33).

de forma a romper com o etnocentrismo e os vieses de um pensamento racista (AGUIRRE BAZTÁN, 2015). No entanto, cabe ainda problematizá-la, observando algumas questões discutidas desde sua origem nos debates acadêmicos. Tais questões envolvem as noções de sociedade, cultura e psique individual.

[...] Dentre elas, podemos destacar: qual o conceito de cultura a ser adotado? Há uma definição a esse respeito que deva ser adotada ou o termo “cultura” deve ser investigado? A cultura é fundamental para a compreensão do ser humano? Se sim, por quais motivos? Como abordar o homem, o social e a cultura de uma maneira que não fique reducionista para um lado ou para o outro? Qual a importância prática das descobertas da Etnopsicologia? O uso do termo “etnia” reduz ou amplia a compreensão do grupo estudado e sob quais circunstâncias? Quais são os riscos de se elaborar as hipóteses de pesquisa sob a vertente “étnica” e quais as consequências em não elaborá-las assim? Se a Etnopsicologia tem o outro (a alteridade) por objeto de estudo, quem pode ser esse “outro” na realidade? [...] (PAGLIUSO; BAIRRÃO, 2015, p. 16).

Como mostram Delfino e Cunha Júnior (2015) ao refletirem sobre a contribuição da filosofia de *Ifá* para a prática pedagógica, outros quesitos das Matrizes Africanas vinculadas à sociedade brasileira podem ser pensados em outras áreas de estudo, haja vista sua forte presença no cotidiano brasileiro. Mas como? A primeira abordagem necessária para iniciar essa reflexão é a de entender o que são, de fato, as Matrizes Africanas, tão comentadas em diversos textos acadêmicos. Partimos, portanto, da concepção de que elas preservam o patrimônio étnico dos africanos sequestrados para o Brasil, possuindo um teor inevitavelmente político contra a opressão étnica e cultural às populações marginalizadas, e que foram sincretizadas às práticas indígenas e católicas, desenvolvendo-se, nesse país, de maneira distinta de seu formato original (CAMARGO; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2018a). Através desse processo, acreditamos que, por Matrizes Africanas, no Brasil, podemos entender, resumidamente, uma África “descoberta” (SLENES, 1992) e readaptada pelos africanos e seus descendentes através da resistência cultural, ainda que adequadas para o contexto diaspórico, associado no campo acadêmico ao que é tido por Cheikh Anta Diop (2014) como uma unidade cultural da África Negra.

De maneira geral, não é simples sintetizar uma definição para as Matrizes Africanas no Brasil. O próprio uso do termo no plural dificulta uma única conceituação, haja vista, ainda, que cada uma das definições possui suas especificidades socioculturais e, em uma mesma matriz, essas especificidades podem ser distintas. Por exemplo, não há uma padronização de muitos cultos e rituais do Candomblé, pois há inúmeros terreiros de “nações” distintas (como as nações Bantu, Jeje, Ketu e Efon), e esses, embora advindos da mesma matriz, o Candomblé, se diferem. As identificações de cada nação no Brasil são confusas, já que grupos vizinhos nesse território acabaram por configurar-se

como advindos de uma mesma nação (OLIVEIRA, 1996; MATORY, 1999); suas semelhanças os definiam e davam origem aos frutos africanos, atualmente afro-brasileiros, como os terreiros.

Uma breve análise da história do Brasil apresenta a tradição de centrar-se em um viés eurocêntrico (BARBOSA, 2008; MARTINS, 2012), desconsiderando a multiplicidade étnica, racial e cultural que constitui o país. Por meio desse eurocentrismo, arquitetou-se o fracassado projeto de nação que visava ao embranquecimento da população brasileira e à extinção das “raças degeneradas”, tais como os mestiços advindos desses encontros (BOLSANELLO, 1996). Dessa visão eugenista, elaborou-se (e elabora-se) temas importantes que dizem respeito à nação. Na busca de se ocidentalizar, a fim de alcançar o tema “ordem e progresso” estampado na bandeira da República, passa despercebido o problema de que “a filosofia [e demais áreas de estudo] ocidental privilegia a ‘egopolítica do conhecimento’ em desfavor da ‘geopolítica do conhecimento’ e da ‘corpo-política do conhecimento’ [...]” (GROSFUGUEL, 2010, p. 460). E ainda que,

[...] Em termos históricos, isto permitiu ao homem ocidental (esta referência ao sexo masculino é usada intencionalmente) representar o seu conhecimento como o único capaz de alcançar uma consciência universal, bem como dispensar o conhecimento não-ocidental por ser particularístico e, portanto, incapaz de alcançar a universalidade (Ibid.).

Embora esta seja uma citação trabalhada na filosofia, a mesma lógica colonialista vale para as formas de se fazer ciência, inclusive para a Psicologia. Por isso, este artigo propõe analisar as contribuições dessas Matrizes Africanas não somente para abranger a Psicologia em si, mas para pensá-la através de uma perspectiva brasileira, suleada, isto é, direcionada “[...] para um ‘Sul’ – sairemos desse local Norte como bússola valorizadora, não mais Europa e Estados Unidos como eixos referenciais, bem como a figura do Homem Branco, jovem, heterossexual como modelo civilizatório” (PONTES, 2017, p. 59-60). O contrário, ou seja, trabalhar uma Psicologia voltada para o ‘Norte’, é seguir um caminho epistêmico (PONTES, 2017; CARNEIRO, 2005), e poderia se refletir, ainda, em um posicionamento anticientífico, na medida em que limita os possíveis resultados ao se embasar numa realidade outra, diferente da vivenciada no contexto brasileiro. A figura que precisa ser apontada como referência, dentro dessa perspectiva, é a do povo brasileiro em toda sua diversidade, pluralidade, experiências e problemáticas vividas por habitantes do hemisfério sul, sabidamente vítimas de um duro e longo processo de colonização européia.

Nessa perspectiva entra o estudo da etnopsicologia: apostamos em seu potencial de interseccionar sujeito e sociedade fundamentada em novos olhares sem se limitar a um padrão universal (PAGLIUSO; BAIRRÃO, 2011). Face ao exposto, é oportuno frisar que o presente estudo não possui o objetivo de desconsiderar a cultura europeia e/ou, tampouco, propor sua total substituição.

Porém, ciente de que “a cultura europeia deve ser vista como estando ao lado, e não acima, das outras culturas da sociedade” (ASANTE, 2009, p. 108), é preciso apontar possíveis propostas descentralizadas do Ocidente a serem consideradas no campo da Etnopsicologia, o que constitui o norteador teórico neste estudo.

É necessário, portanto, entender como os aspectos advindos de Matrizes Africanas, resistentes dentro dos terreiros brasileiros e das religiões que nelas se fundaram, contribuem para pensar uma Psicologia “suleada”, que busque ser trabalhada especificamente para o Brasil. É preciso trazer à Etnopsicologia materiais concretos de sua potência analítica. Busca-se, neste estudo, contribuir nos estudos de Etnopsicologia e apontar possíveis respostas às questões postas em debates por ela. Parte-se do princípio de que é real a contribuição das Matrizes Africanas para a etnopsicologia, e para a Psicologia em si, o que será melhor explicado e justificado no decorrer deste estudo.

## 2 A ETNOPSICOLOGIA NO BRASIL

A Etnopsicologia não pode ser confundida com a psicologia cultural. A psicologia cultural vai além da simples biologia, explica o comportamento humano de cada cultura, enquanto a Etnopsicologia lida com uma psicologia coletiva através da identidade cultural (AGUIRRE BAZTÁN, 2015). Portanto, a Etnopsicologia foca sua atenção ao cuidado do pesquisador de preservar sua autocompreensão sistêmica sobre o outro. Todavia, cabe ainda expor que todos estão fadados ao etnocentrismo, na medida em que os indivíduos só são capazes de centrarem-se em si mesmos, na cultura em que foram socializados. Do mesmo modo, defendemos a tese de que não há como o pesquisador ser completamente neutro (OLIVEIRA; VIDAL, 2017; HABERMAS, 1982; JAPIASSU, 1975), pois cabe a ele estabelecer a metodologia mais viável, ponderar os resultados das pesquisas e apresentar as conclusões por meio de embasamento teórico, dos dados obtidos (e sua respectiva análise, seguindo o rigor metodológico estabelecido) e de suas próprias reflexões, observações e resultados identificados no decorrer da pesquisa.

No intuito de trabalhar uma psicologia pensada através da realidade do Sul, especificamente brasileira, é pela Etnopsicologia que se encontra um dos caminhos possíveis para traçar uma crítica epistemológica a uma psicologia eurocêntrica (BAIRRÃO, 2008). Tal perspectiva é um projeto para esse campo, que se constrói no amparo à psicologia cultural e na confecção de etnoteorias psicológicas (Ibid., 2008). Ela intenta, ainda, ampliar as noções acerca de pessoal e social, na medida em que busca investigá-las em seus respectivos contextos nativos (PAGLIUSO; BAIRRÃO, 2015). Parte-se da mesma linha de raciocínio de Amselle e M'bokolo (2017) que criticam a constituição de conceitos como etnia, tribalismo e crioulisto, considerando que esses termos partem de uma auto-nomeação eurocentrada por parte dos antropólogos da antropologia clássica.

Uma Etnopsicologia brasileira, a julgar pelo seu composto sociocultural - que é ontológico, epistemológico e fenotípico - não há de variar bastante do que Nobles (2009) chama de *Sakhu Sheti*, ou psicologia africana. O psicólogo afro-estadunidense encaminha o assunto por uma perspectiva afro-diaspórica, em que o Brasil está inserido. Ele diz ser indissociável o que entende por psicologia africana (nesta incluso afro-diaspórica) da espiritualidade africana. O autor traz o Candomblé do Brasil como exemplo e vai além, costurando o texto a partir da experiência da necropolítica (MBEMBE, 2016) vivida pela população negra no país. Trata-se, então, apesar de estrangeira, de uma análise importante para o presente artigo<sup>4</sup>.

Nobles (2009) entende que a psicologia produzida pelo ocidente vai de acordo com os interesses do regime político imperialista que a popularizou. Dessa forma, *Sakhu Sheti*, ou psicologia negra seria uma psicologia de fato válida para africanos e africanas adoecidos pela colonização e pelo racismo (ibid., 2009). Essa se assemelha à Etnopsicologia, pois coloca a necessidade de respeitar a diversidade afro-diaspórica e critica os estudos clássicos. O que, certamente, diferencia *Sakhu Sheti* de Etnopsicologia é a intenção que levou à elaboração de cada uma delas. Enquanto a primeira parte de um viés de resistência e busca um meio de deter o que Nobles (2009) chama de “descarrilhamento” da população negra de origem africana em todo mundo, a segunda parte dos colonizadores (PAGLIUSO; BAIRRÃO, 2015).

### **3 O PAPEL DOS PRINCÍPIOS AFRICANOS NA CONSITUIÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA**

Ainda que o percentual daqueles que se declaram adeptos às religiões de Matriz Africana no Brasil seja baixo, cerca de 0,42%, reunindo o Candomblé, a Umbanda e todas as religiões que possuem declarações religiosas afro-brasileiras, ou seja, 602.900 pessoas segundo o Censo 2010 (IBGE, 2010), tais tradições africanas são muito presentes na vida do brasileiro. Da mesma forma que as religiões africanas foram modificadas e influenciadas no contato com as tradições indígenas, o cristianismo católico (e por que não o protestante?), embora essa seja uma questão que, se aprofundada, desviaria o foco dos objetivos do trabalho em tela, o kardecismo, entre outros (FERRETTI, 2007) também foram sincretizados à influência africana. Mesmo que o fato de que muitos africanos já tenham sido trazidos para o Brasil catequizados possa ter influenciado isso, a própria existência de santos negros, inclusive a padroeira

4 Mesmo que o autor citado seja, geopoliticamente falando, habitante de uma grande potência colonizadora, os Estados Unidos, ele, enquanto africano diaspórico, representa uma escrita potencialmente “suleada”, ainda que a influência de sua vivência e socialização em um país imperialista seja um fator verdadeiro. Destaca-se neste trecho a questão já abordada anteriormente de que não existe neutralidade científica plena (OLIVEIRA; VIDAL, 2017; HABERMAS, 1982; JAPIASSU, 1975).

do Brasil, constata essa realidade. Vale mencionar que a religião “[...] de alguma forma, reflete a sociedade, reproduz a sua estrutura, se modifica quando [...] sofre grandes alterações, mas exerce também grande influência sobre a sociedade” (FERRETTI, 2007, p. 3).

O povo africano, como diz Diop (2014), tende à xenofilia. No quesito religioso, incorpora, como muitos povos antigos, os romanos, por exemplo, chamavam esta prática de *vocatio/vocacio* (Ibid., 2014), em suas respectivas culturas, ou em suas matrizes, divindades estrangeiras. Essa troca natural constituiu significativamente o que entendemos atualmente como cultura brasileira e fez dos princípios africanos, de alguma forma, tão presentes quanto os afro-descendentes no país. As Matrizes Africanas são, portanto, eficientes mecanismos de identificação dos elementos de diversas expressões culturais do país (ROTTA; COELHO, 2015). Elas, de acordo com Lopes (1988, p. 181 apud. ROTTA; COELHO, 2015), podem ser “[...] a chave para o reencontro do Brasil consigo mesmo”, na medida em que são parte fundamental da raiz, além de um caminho epistemológico para produção Etnopsicológica.

Camargo, Scorsolini-Comin e Santos (2018a) trazem depoimentos do impacto da iniciação em religiões de Matrizes Africanas, talvez onde ela é mais bem expressa dentre os espaços sociais do país, na vida de seus adeptos. Os relatos revelam transformações significativas das experiências de vida. A população brasileira tem o costume de se apoiar no sagrado, visando a dar sentido tanto à vida individual e coletiva como também às relações sociais e com o meio ambiente (BAIRRÃO, 2017). Esse fato é histórico. Foi a procura por cura e pela resolução de problemas pessoais e coletivos, ditos serviços “mágicos”, que possibilitou a expansão do Candomblé nas suas origens na Bahia e após migração em massa (PRANDI, 2003). O refúgio na fé representa a intimidade do brasileiro com suas crenças e isso se apresenta como um hábito cultural que também atravessa e constitui outros povos e tradições.

Vale ressaltar as dificuldades vividas por aqueles que buscavam pelos terreiros, enfatizando para uma reflexão não explícita dos possíveis contextos em que viviam. O Brasil do século passado, de ditaduras e formação de favelas, colocou incontáveis problemas para a classe trabalhadora e outras inúmeras desigualdades, ainda mais extensas do que as da atualidade (BARROS; HENRIQUE; MENDONÇA, 2000). Por essa razão, apesar de serem alvos de preconceito, conhecido no presente como racismo religioso (DE DEUS, 2019), essas religiões foram e são procuradas por dar assistência das mais diversas formas às populações marginalizadas (CAMARGO; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2018b), e esse acolhimento se reverbera na saúde mental do indivíduo e, conseqüentemente, na coletividade (SCORSOLINI-COMIN, 2014).

Nesse contexto, à Etnopsicologia cabe o desafio de compreender o dialeto da espiritualidade popular brasileira (BAIRRÃO, 2008), bastante marcada pelas Matrizes Africanas. É preciso ter em mente a posição social de oprimido daqueles que buscam se assegurar na fé devido a problemas advindos de sua

marginalização ou esquecimento na sociedade. Por isso, Bairrão (2008) atribui à Etnopsicologia também a missão do “desrecalcamento” desses, isto é, combater ou curar o processo de recalque sofrido pelas vítimas de um “ego desordenado”.

Nobles (2009) constatou que o Candomblé é um dos melhores, se não o melhor, exemplo de uma psicologia negra. Para, ele, enquanto a psicologia ocidental trata a possessão espiritual como “uma espécie de anomalia psiquiátrica”, considerada, pelo autor (Ibid.), uma histeria ou ilusão, como uma forma de descarrilhar ou desafricanizar a população africana, a espiritualidade africana reumaniza o ser coisificado (FANON, 2008), que sofre de uma desordem do ego alienado (NOBLES, 2009), sem memória cultural e na cansativa e inútil tentativa de um ideal de ego branco (SANTOS, 1983). Acerca do transe de possessão, que motivou trabalhos de diversos pesquisadores europeus com povos africanos e brasileiros, entre eles Bastide (1972), Laplantine (1998), e, mais recentemente, Boyer (1999), há que se reconhecer que a Etnopsicologia não busca desenvolver um discurso ou explicação alternativa à visão do transe enquanto manifestação do adoecimento psíquico, mas de propor uma inteligibilidade que possa, de fato, trazer explicações centradas nas próprias crenças e nos próprios rituais.

Ainda que provavelmente haja manifestações psicopatológicas entre pessoas religiosas, entre elas as que também manifestam o transe mediúnic ou de possessão, deve-se admitir que esse fenômeno é uma expressão religiosa típica de um povo, de um coletivo, de um modo de conexão com o sagrado que é partilhado socialmente. A etnopsicologia, buscando dar voz a essa audiência, permite uma maior conexão do sujeito com a sua cultura, seu contexto e lugar de fala, podendo se posicionar de modo mais integral, respeitando sua cultura, identidade e pertencimento.

No que concerne à necessidade de construção de uma Etnopsicologia brasileira, produzida a partir de referenciais nacionais acerca de fenômenos observados neste trabalho, como no campo da religiosidade/espiritualidade (R/E) das Matrizes Africanas (SCORSOLINI-COMIN; BAIRRÃO; SANTOS, 2017), há que se ponderar que um denso conhecimento vem sendo produzido no sentido não apenas de dar visibilidade ao panteão de crenças e pertencimentos encontrado no Brasil, mas de também vislumbrar a possibilidade de delineamento de inteligibilidades que tomem como ponto de ancoragem questões eminentemente nacionais e ligadas ao modo como temos nos constituído como povo.

As questões assistencialistas que povoam a busca por atendimentos em terreiros de religiões de Matriz Africana no Brasil podem ser elementos importantes de serem trazidos à baila, pois permitem uma leitura acerca do modo como esses saberes religiosos encontram sustentação em nosso contexto. Excluir dessa discussão a consideração dos cenários populares de cura e como eles se articulam aos sistemas formais e profissionais parece ser um equívoco derivado de um posicionamento positivista, biomédico e descomprometido com a realidade cultural que se apresenta, apenas para mencionar um exemplo de articulação.

Assim, mais do que exportar referências com as quais possamos dialogar, é importante desenvolver repertórios que consigam atender às nossas próprias narrativas míticas, considerando nossa diversidade, nossos atravessamentos e nossas questões sociais mais prementes. Nossas religiosidades podem fornecer elementos importantes para a construção perene de uma Etnopsicologia brasileira, fortalecendo não apenas um campo de ascensão, mas também permitindo posicionamentos importantes dos pesquisadores dessa área no Brasil.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho para concluir o objetivo proposto neste estudo é o de uma Etnopsicologia que considere que a vivência do psíquico não se aparta das compreensões do psicológico, haja vista que, a fim de apreender significativamente o ser humano, são indissociáveis a psique e a cultura, na medida em que essas são complementares entre si (BAIRRÃO; PAGLIUSO, 2011). O papel das Matrizes Africanas, presentes no cotidiano do brasileiro de hoje e na formação do que se entende por Brasil, provavelmente relaciona-se à psique individual de muitos de seus cidadãos. Igualmente, seu teor assistencialista, razão pela procura por curandeiras, consultas e serviços nos centros de Umbanda e Terreiros de Candomblé, é potente para a pesquisa e a prática dos profissionais da Psicologia.

É preciso entender os limites da Etnopsicologia, os limites da própria Psicologia e talvez da própria ciência. Em um país heterogêneo como o Brasil, acreditamos que a Etnopsicologia deva ser feita na interlocução da população enquanto agente, ao invés de apenas objeto de pesquisa (BAIRRÃO; PAGLIUSO, 2011). Como a psicologia científica é fruto de um período e condições socioculturais específicas, demanda, como muitas outras ciências, uma revisão epistemológica (Ibid., 2011). Um bom começo está na superação do conceito de etnia que pode ser substituído por etnicidade (AGUIRRE BAZTÁN, 2015), o qual estaria ligado ao comportamento psicológico cultural dos povos (Ibid., 2015).

Esta é uma discussão infundável. Se há a face da autodefesa identitária em combate das consequências da globalização, impedindo o fim das identidades culturais (AGUIRRE BAZTÁN, 2015), por outro lado existem indivíduos que não se reconhecem em suas identidades pela falta de representação delas (BAIRRÃO; PAGLIUSO, 2011). Esse último ponto é a razão pela qual acredita-se e por tanto tempo se desconsiderou as possíveis contribuições das Matrizes Africanas, já que essas compõem o fruto de um grupo, ainda, alvo de intolerância racial, o qual demanda por afirmação identitária justamente pela dificuldade de alcançar, de maneira geral, esse reconhecimento.

Outra problemática que consideramos que a Etnopsicologia, nesse caso especificamente uma brasileira, necessita encarar para agregar as contribuições das Matrizes Africanas é o que a diferencia da *Sakhu Sheti* de Nobles (2009): o fato de partir do ocidente, para e sobre o "Outro" (FANON, 2008),

ao invés de ser uma cura de, para e entre africanos, como propôs Nobles. A Etnopsicologia é feita para estudar o “Outro” (Ibid., 2008), não nós mesmos. Todavia, esse “Outro”, pela perspectiva fanosiana, é o não-branco. A Etnopsicologia brasileira não pode ter como o “Outro” o próprio brasileiro, tendo em vista os estudos de Fanon (2008) sobre o inconsciente branco, iniciando uma psicologia do colonizador, e também do colonizado, pois na medida em que o não-branco é o “Outro”, no entender da supremacia branca e dos grandes imperialistas (neocolonizadores) ocidentais, mesmo aquele que é lido como branco no Brasil estaria incluso como o “Outro”.

Três pontos são capazes de concluir um desfecho razoável a esta reflexão: a) o branco brasileiro é branco dentro do nosso sistema racista, estruturado de maneira distinta (ALMEIDA, 2018); b) esses brancos, privilegiados, são habilitados e socializados no Brasil para entender o restante da população do país como o “Outro” fanosiano, devido à coisificação desses corpos pelos seus antepassados; e, c) a falta de oportunidades para negros no país limita o acesso dessa população às universidades brasileiras (SANTOS, 2001). Embora as políticas de ações afirmativas atuem como ferramentas pertinentes no que se refere à democratização do acesso às Universidades, a desigualdade entre negros e brancos persiste (SILVA; PIOTTO, 2018), o que faz com que os últimos estejam à frente dessas pesquisas e as assumam enquanto Etnopsicologia brasileira. Dessa forma, isso permite deduzir que o “Outro” sob o olhar do branco brasileiro, isto é, pretos, pardos, indígenas e amarelos não são brasileiros, reproduzindo, mesmo que inocentemente, uma exclusão histórica. Afere-se sobre essa reflexão uma fragilidade científica ao realizar recortes.

De forma alguma esta colocação busca deslegitimar o que vem sendo feito no campo da Etnopsicologia. O que se questiona é se esta é de fato a ciência que precisamos, se é possível construir uma Etnopsicologia brasileira ou determinar outro campo, original, mais condizente com as experiências do Brasil. A crítica central está em julgar o caráter universalizante da cultura acadêmica, bem como Bairrão e Pagliuso (2011) colocam, é um caminho que a Etnopsicologia rejeita. Muitos poderiam afirmar, por exemplo, que o “Outro” fanosiano nada tem a ver com os grupos estudados pela área. Essa é nada mais que a reprodução de um pensamento generalizante inaceitável para a proposta Etnopsicológica.

Há, ainda, a possibilidade de surgir a argumentação acerca de a psicologia em si ser ocidental. Acontece que, nesse sentido, aboliríamos a Etnopsicologia para o estudo de nossas próprias expressões culturais, entre elas, as Matrizes Africanas e, ademais, esta discussão abriria espaço para um desfoque que não condiz ao proposto: a dos estudos da mente, semelhantes à psicologia, já no Antigo Egito (Kemet) e da origem científica kemética da herança greco-romana, que funda o ocidente (DIOP, 1967). No mais, se a proposta Etnopsicológica é de fato descentralizar, não virão do centro de referência colonial os mecanismos, os conceitos, os nomes ou mesmo a iniciativa. Nobles (2009) trabalha com uma

perspectiva afrocentrada e com a unidade política e cultural do povo africano; estuda uma psicologia africana de e para os africanos.

Concluimos, então, que uma análise Etnopsicológica pode se reduzir ao desconsiderar os aspectos ancestrais e raízes culturais do público analisado (SCORSOLINI-COMIN, 2015). Acreditamos que não seja possível pensar uma Etnopsicologia brasileira sem a devida problematização dessa, como muitos autores, aqui citados, já vem fazendo (PAGLIUSO; BAIRRÃO, 2015). As Matrizes Africanas são parte constituinte e essencial da cultura brasileira e tradicionalmente vêm prestando assistência à população que recorre a terreiros e centros, independente de cor, religião, sexo ou orientação sexual.

Assim, as Matrizes Africanas não somente entendem o que é a população brasileira, como também não se separam dela, diferentemente da academia, muito distante de quem essa – a academia – deve[ria] prover de desenvolvimento tecnológico e social. Finalizamos este trabalho com a mensagem de que se a Etnopsicologia tem por objetivo “investigar a maneira como variados grupos étnicos administram conflitos, vivenciam as emoções e os relacionamentos interpessoais” (BAIRRÃO; PAGLIUSO, 2011, p. 45), cabe à mesma se perguntar que grupo irá tratar por objeto de pesquisa e de onde partir e investigar suas ricas raízes *a priori*. Coube a este estudo esquematizar ideias para um campo que ainda precisa ampliar suas produções acadêmicas, contribuindo para o fomento dos debates e discussões em torno do mesmo no Brasil. Espera-se, contudo, que se dê a real importância às Matrizes Africanas nas pesquisas futuras e mais colocações, em prol de uma conclusão da qual este texto é apenas uma parcela das problematizações e discussões em torno da Etnopsicologia.

## REFERÊNCIAS

- AGUIRRE BAZTÁN, Ángel. La Etnopsicología como Identidad de los Pueblos. **Revista Euroamericana de Antropología**, n. 0, p. 35-47, marzo de 2015.
- ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (Orgs.). **No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África**. Trad. Maria Ferreira. Revisão da tradução de Alexandre dos Santos. Petrópolis: Vozes, 2017. (Coleção África e os Africanos)
- ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques; PLAGLIUSO, Ligia. A etnopsicologia e o trabalho institucional em uma unidade de abrigo. **Revista da SPAGESP**, v. 12, n. 1, p. 43-55, 2011.
- BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques. Águas e Labaredas: memória e reflexões de gênero no corpo da Umbanda. In: MONZANI, Josette; MONZANI, Luiz Roberto (Orgs.). **Imagem/Memória**. São Carlos: Pedro & João Editores/CECH UFSCar, 2008. p. 249-278.
- BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques. Psicologia da Religião e da Espiritualidade no Brasil por um enfoque etnopsicológico. **Revista Pistis & Práxis: Teologia e Pastoral**, v. 9, p. 109-130, 2017.
- BARBOSA, Murytan Santana. Eurocentrismo, História e História da África. Sankofa: **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, n. 1. p. 46-63, jun. 2008.

- BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUE, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. Dossiê Desigualdades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 124-142, 2000.
- BASTIDE, Roger. **Le rêve, la transe et la folie**. Paris: Flammarion, 1972.
- BOLSANELLO, M. A. Darwinismo social, eugenia e racismo científico: sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras. **Educar**, Editora da UFPR, Curitiba, n. 12, p. 153-165, 1996.
- BOYER, V. O pajé e o caboclo: de homem a entidade. **Mana**, v. 5, n. 1, p. 29-56, 1999.
- CAMARGO, Ana Flávia Giroto; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. A feitura do santo: percursos desenvolvimentais de médiuns em iniciação no candomblé. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 30, p. 1-13, 2018a.
- CAMARGO, Ana Flávia Giroto; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Entre a casa e o terreiro, quem é você. Catarina?: Percursos desenvolvimentais de uma médium do candomblé. In: GODOY, D. B. O. A.; BAIRRÃO, J. F. M. H. (Orgs.). **Etnopsicologia brasileira: mosaico e aplicações**. São Paulo: Terceira Margem, 2018b. p. 155-181.
- CARNEIRO, Sueli Aparecida. **A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CUNHA, Vivian Fukumasu; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Best professional practices when approaching religiosity/ spirituality in psychotherapy in Brazil. **Counselling and Psychotherapy Research**, 2019.
- DE DEUS, Lucas Obalera. Trazendo o racismo religioso para a discussão. In: DE DEUS, Lucas Obalera. **Por uma perspectiva afroreligiosa: estratégias de enfrentamento ao racismo religioso**. Caderno de Religião e Política. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2019. p. 12-15.
- DELFINO, Jair; CUNHA JÚNIOR, Henrique. Ifá: o corpo literário e filosófico para formação de educadores. In.: LIMA, Ivan Costa; VILLACORTA, Gisela Macambira; LUÍZ, Janailson M.; MEDEIROS, Oberdan. **N'UMBUNTU EM REVISTA: Abordagens Multidisciplinares em Educação das Relações Étnico-raciais**, Marabá, v. 1, n. 3, p. 89-103, 2015.
- DIOP, Cheikh Anta. **Antériorité des civilisations nègres: mythe ou vérité historique?** Paris: Présence Africaine, 1967.
- DIOP, Cheikh Anta. **A Unidade Cultural da África Negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica**. Angola: Pedago, 2014.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.
- FERRETTI, M. Religião e sociedade: religiões de matriz africana, um caso de polícia. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2007, São Luís. **III Jornada Internacional de Políticas Públicas: Questão social e desenvolvimento no século XXI**. São Luís: UFMA CCSO/PPGPP, 2007. p. 01-08.
- GROSGOUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos póscoloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 455-491.
- HABERMAS, Jurgem. **Conhecimento e Interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- IBGE. **Censo 2010** – População residente, por religião. Resultados da Amostra. IBGE, 2010.
- JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- LAPLANTINE, F. **L'ethnopsychiatrie**. Paris: Presse Universitaire de France, 1998.
- MARTINS, Marcel Alves. **O eurocentrismo nos programas curriculares de história do estado de São Paulo: 1942-2008**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. 153 p.
- MATORY, J. Lorand. Jeje, repensando nações e transnacionalismo. **Mana**, n. 5, 1999.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte e ensaios. Temáticas. **Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**. n.32, p.123-151, 2016.
- NOBLES, Wades. Sakhu Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade**. Uma abordagem psicológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira, 4).

- OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes. Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do sec. XIX. **Revista USP**, São Paulo, 1996.
- OLIVEIRA, Paulo T.; VIDAL, M. O Mito da Neutralidade Científica e o Uso da Linguagem Impessoal. *In*: 6. Congresso Ibero Americano en Investigación Cualitativa, 2017, Salamanca, España. **Investigación Qualitativa em Educação//Investigación Cualitativa en Educación**// Salamanca, España, v. 1, 2017. p. 332-336.
- PAGLIUSO, Ligia; BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques. A Etnopsicologia: um breve histórico. *In*: BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas (Orgs.). **Etnopsicologia no Brasil: teorias, procedimentos, resultados**. Salvador: EDUFBA, 2015.
- PONTES, Katiúscia Ribeiro. **Kemet, escolas e arcádeas: a importância da filosofia africana no combate ao racismo epistêmico e a lei 10639/03**. 2017. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ensino) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, RJ, 2017. 93 p.
- PRANDI, Reginaldo. As religiões afro-brasileiras e seus seguidores. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 15-33, jun. 2003.
- ROTTA, Raquel Redondo; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. A escuta visual de sentidos afro-brasileiros. *In*: BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas (Orgs.). **Etnopsicologia no Brasil: teorias, procedimentos, resultados**. Salvador: EDUFBA, 2015.
- SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso**. São Paulo: SENAC, 2001.
- SANTOS, Neusa. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Atenção psicológica e umbanda: Experiência de cuidado e acolhimento em saúde mental. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 773-794, 2014.
- SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Elementos do aconselhamento multicultural aplicados à psicoterapia em contextos etnopsicológicos. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 587-607, 2015.
- SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Espiritualidade e brasilidade na clínica etnopsicológica. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 319-338, 2017.
- SCORSOLINI-COMIN, Fabio; BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques; SANTOS, Manoel Antônio dos. Com a licença de Oxalá: a ética na pesquisa etnopsicológica em comunidades religiosas. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 2, p. 86- 99, 2017.
- SILVA, Suellen F. S.; PIOTTO, Débora C. Estudantes negros em uma universidade branca: a experiência em cursos de alta seletividade da Universidade de São Paulo. *In*: GODOY, D. B. O. A.; BAIRRÃO, J. F. M. H. (org.). **Etnopsicologia brasileira: mosaico e aplicações**. Ribeirão Preto: FFCLRP/USP, 2018. p. 140-154.
- SLENES, Robert W. “Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil. **Revista USP**, n. 12, p. 48-67, 1992. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v.12>.